

Informação, documento e o resto na construção da realidade social

Geni Chaves Fernandes

geni@centroin.com.br

Doutora em Ciência da Informação - UFRJ/IBICT

Professora Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Resumo: As perguntas sobre o documento, no neodocumentalismo da Ciência da Informação, e sobre a informação arquivística, na Arquivologia, abrem as possibilidades de estudos em comum também sobre o papel, modo de construção e efeitos sociais dos artefatos info-documentais. Algumas teorias críticas que atravessam as ciências humanas e sociais apontam, nas práticas documentárias institucionalizadas e na disseminação da informação, funções de controle na produção da realidade social. Mas ficam ainda pouco contempladas as práticas de transmissão, troca e construção de sentidos e saberes não institucionalmente validados e quase nunca registrados, que não só resistem aos modelos propostos ou impostos na regulação do social, quanto os deformam. Ou seja, práticas que produzem o resto, a não-informação e o não-documento e também realidade. Transpostas à web, onde ganham amplitude, visibilidade e adesões, estas práticas recolocam dúvidas sobre a informação e o documento e aclaram novos espaços de pesquisa que articulem informação, documento e o resto.

Palavras-Chave: Informação; Documento; Realidade Social; Web

Information, document, and the rest in the construction of social reality construction

Abstract: The questions about the document in Information Science neodocumentalism, and about archival information in Archival Studies opens up possibilities to common studies on the role, method of construction, and social effects of info-documentary artifacts. Some critical theories that cut across the humanities and social sciences points to documentary institutionalized practices and the information dissemination as instruments to control the production of social reality. But some of these studies still not address to the practices of transmission, exchange, and construction, neither of alternative meaning, nor to the knowledge not institutionally validated, almost never recorded, which resist to the models proposed in the regulation of social, and warp them. In other words, practices that produce the rest, the non-information, the non-document, but produce reality. Transposed to the web, where gain breadth, visibility and membership, these practices raises doubts about the information and documents lightening new research spaces where it's possible relate information, document and rest.

Key words: Information; Documents; Social Reality; Web

Documento e Ciência da Informação, informação e Arquivologia

A emergência da Ciência da Informação deu-se entre marcos das queixas de pesquisadores sobre a desordem e dificuldades de acesso a documentos científicos, do entendimento de que as inovações são alavancas do desenvolvimento econômico e estas dependentes da produção de novos conhecimentos¹ e da circulação do discurso imperativo da informação, para o qual ter informação ou estar bem informado é um valor que substitui a até então valorizada “cultura geral” e, na maioria dos casos, uma exigência.

Falta explicar, ou ao menos mapear, os motivos do nome Ciência da Informação ao invés de ciência dos documentos (Documentação?) ou ciência dos conhecimentos, ou mesmo ciência dos dados. Pode-se indagar se o termo é indicativo de rupturas ou novos modos de continuidade em relação a outros campos práticos e teóricos. Ou ainda se ganhou adesões por indicar

¹ No contexto pós-guerras – guerra fria – os estudos teóricos e empíricos sobre o desenvolvimento estavam na pauta dos economistas, como resultado de demandas de estado e das concepções teóricas de Keynes. Mas só nos anos 80 constituíram-se modelos formais de crescimento, com funções de produção de conhecimento (da inovação como *Science-Push*).

diferença, neutralidade ou novidade. E mais, se a Ciência da Informação ali, nos marcos de sua emergência, inicia a construção ou se foi construída por seu objeto, a informação. Não tenho elementos para responder a estas perguntas, só suspeitas. Mas é no aparente esgotamento de uma resposta consensual à pergunta “o que é informação?” que a partir de pesquisadores anglófonos da Ciência da Informação recolocou-se a pergunta sobre o documento, com o chamado neodocumentalismo. Os estudos da Ciência da Informação que “fazem questão” do documento abriram um leque de interrogações sobre a informação, sobretudo de caráter ético-político, e novas vias de interlocução com outros campos.

O termo informação arquivística, introduzido recentemente na Arquivologia, ciência que tem por objeto o documento, corresponde de certo modo ao estatuto contemporâneo da informação. Sua cunhagem e alastramento no contexto brasileiro têm sido objeto de indagações de seu sentido (SILVA, 2009) naquilo em que se relaciona com o objeto de estudo e com as práticas do campo, suas articulações com outros campos de conhecimento, como a Ciência da Informação e as

Ciências da Computação, e as respostas que pode, ou não pode, oferecer às demandas sociais que batem às portas dos arquivos públicos – como é o caso da lei de acesso à informação que colocará novas perguntas e modos de perguntar – e às demandas organizacionais aos arquivos privados, por respostas a partir do entrecruzamento de informações de documentos em diferentes arquivos, como elementos úteis a uma ação ou decisão.

O termo informação arquivística, mesmo que não consensual quanto a seu acolhimento no campo e muito menos quanto a seu significado, abre um leque de interrogações sobre o arquivo e o documento e novas vias de interlocução com o campo da Ciência da Informação. Se o termo informação de certo modo põe questão sobre a função da Arquivologia e o papel do arquivo no contemporâneo, o termo documento, no neodocumentalismo, põe questão sobre a função da Ciência da Informação, os fundamentos da informação e o caráter ético-político de suas práticas e conhecimentos, com amplas possibilidades de construção colaborativa entre campos.

Para ampliar a interlocução, ao invés de tomarmos autores de um ou do

outro campo, vamos lançar mão de autores a eles externos, especialmente Foucault, Latour, Bourdieu e Certeau. Suas concepções teóricas são singulares e não trataremos aqui de traçar diálogos entre eles, mas de, em cada um, explorar alguns de seus entendimentos sobre a articulação e o papel da informação e do documento na construção da realidade social. Quer-se explicitar o que diferentes reflexões críticas fazem aparecer aí, para nós, como questões. Primeiro vamos explorar a articulação entre acumulação documental e difusão de informação no âmbito do controle da realidade social; em seguida vamos tratar das ameaças a este controle (implícitas nas ações de controle), por práticas sociais heterogêneas, construtoras rotas de fuga na produção do que vamos chamar de não-informação e não-documento. Finalmente, vamos perguntar sobre a informação e o documento hoje, privilegiando o olhar sobre certas práticas na *web*.

Informação e documento: o controle

O lidar técnico organizativo com o documento e a informação, seu ensino e produção teórico-metodológica nas Ciências da Informação, Arquivologia, Museologia, Comunicação, Biblio-

teconomia, História, Contabilidade, dentre outras, estão atravessados, especialmente a partir dos 1980, por concepções teóricas críticas. Latour (2010) denomina por filosofia empírica seu próprio caminho de trabalho, mas nos parece possível utilizá-lo para indicar trabalhos de outros, não tanto pela origem de pesquisadores com formação na filosofia que têm se dedicado aos estudos no campo social ancorados em análises empíricas, que não deixa de ser um dado nos autores que escolhemos, mas de seu caráter questionador e de revisão epistemológica. Embora a informação e o documento não ocupem a centralidade de suas análises, vamos tratar de fazer um recorte para colocar neles nosso exame.

A partir deste atravessamento, que certamente perpassa se não todas, mas quase todas as áreas de estudo das ciências humanas e sociais, pode-se encontrar literatura crescente onde a facetas democrática e democratizante da difusão e do acesso à informação, bem como a de evidência e garantias de direitos do documento, são confrontadas com as facetas da opacidade, da parcialidade e do controle da realidade social.

O panóptico - Michel Foucault

Foucault, na delimitação da episteme² já estabelecida no âmbito das metrópoles do século 19 (FOUCAULT 2007), período de rápida urbanização da população, aponta às medidas para criação e ordenamento dos espaços – hospital, fábrica, escola, presídio etc. – baseados no modelo panóptico (FOUCAULT, 1979; 2003) – ao que corresponde o mapeamento e registro documental sobre o homem e suas relações, melhor dizendo, não exatamente o homem³, mas de diferenças até então dispersas e tão rapidamente aglomeradas⁴, para as quais estão postas novas funções. Mesmo que a difusão de padrões e visões de mundo mais uniformes estivesse em curso desde o século 12, em torno de um Estado

² Foucault percorre diferentes períodos para delimitar diferentes epistemes, inclusive por seu cotejamento.

³ Para Foucault o homem nasce no século 19, como aquilo sobre o que é necessário pensar e conhecer (FOUCAULT, 2007, p. 476). Este querer saber sobre o homem parte da estranheza na reunião de tantas diferenças (tantos homens desenraizados). Não de, como viajante, encontrar uma cultura com valores diferentes dos nossos, mas de reunir num único local diversidades culturais. Simmel (1983) expressa este estranhamento ao remeter-se aos homens da nova urbe estrangeiros.

⁴ A população de Londres cresceu, de 1800 a 1900, em 665%, a de Paris 507% a de Nova York 5.534%. Chicago, que não existia em 1800, apresentou um crescimento de sua população, de 1840 a 1900, em 42.350%. (Baseado nas estimativas apresentadas por SENNETT, 1998, p. 167-169 e GIBSON, 1998).

central (sistemas fiscais, judiciais, línguas nacionais etc.), elas aparecem ainda como insuficientes no inédito aglomerado urbano.

A massa documental produzida nos panópticos, em função de anotar os métodos disciplinares e seus resultados, forneceria elementos empíricos para as emergentes ciências do homem e estas, por sua vez, classificações e codificações legais, médicas, psiquiátricas, econômicas, sociológicas etc. (FOUCAULT 2003; 2007), que de um lado enquadram e diagnosticam as diferenças, de outro fornecem padrões que podem ser difundidos nas escolas, tribunais, hospitais, teatros, bibliotecas. São meios a partir dos quais estas diferenças podem tanto enquadrar os outros quanto buscar seu enquadramento na normalidade.

Ao analisar o enunciado, o discurso e a formação discursiva, Foucault explicita que uma episteme comporta uma dispersão de discursos, fazendo residir no enunciado – e nas condições que o permitem emergir - o aparecimento do que se sustenta na existência por discursos concordantes e discordantes, guiados por sistemas de regras determinados e que, portanto, falam daquilo que se pode falar. Daí Foucault afirmar que “[a] linguagem, na

instância de seu aparecimento e de seu modo de ser, é o enunciado [...]” (FOUCAULT, 2005, p. 128). As codificações realizada a partir dos mapeamentos gerarão disputas de codificação, mas daquilo acerca do que se pode falar.

Ser louco ou criminoso, ser portador de doença que confere direito a aposentadoria por invalidez, ser produtivo, ser inteligente, ou ser pobre são enquadramentos que dependem de critérios e de padrões pré-estabelecidos. Num contexto de diferenças rapidamente aglomeradas nas urbes do século 19, documentar é instrumento e fonte de saber e poder (controle e disputa por controle). A coleta e ordenação de informações que, sumarizadas e registradas, baseiam as construções conceituais e codificações segundo pontos de vista de lugares articulados (a magistratura, a academia, o estado, o hospital, o laboratório, a escola), são publicizados e disseminados como padrões de normalidade ou anomalia também por jornais, editoras e museus, arquivos e bibliotecas públicas.

Os centros de cálculo - Bruno Latour

Na Teoria do Ator-rede Bruno Latour questiona e procura dar uma

resposta alternativa às teorias sociais que ensinam um paradoxo entre micro e macro atores, análises e realidades, ao tomarem instituições como o indivíduo, a família, o Estado, o mercado etc., como dadas e explicativas da estabilidade social. Relações sociais são, a seu ver, muito frágeis para explicar, sozinhas, um poder duradouro, de modo que sua estabilidade é que precisa ser explicada.

Latour (2008) pergunta como funcionam os lugares capazes de estruturar a realidade e produzir efeitos sociais e como o fazem. Não se trata de buscar um macroator genérico e constituído por elementos homogêneos, mas de ir ao encaixe dos lugares com capacidade estruturante (os laboratórios das ciências, o IBGE, a bolsa de valores da *Wall Street* etc.), chamados de centros de cálculo por Latour, e perceber que suas vantagens se devem a estabelecerem conexões mais seguras com muitos outros lugares. Para manter tais conexões em rede, estes lugares pagam custos tanto de transação quanto para mobilizar meios de transporte de tudo o que querem destes lugares para seus espaços restritos⁵. E por serem

⁵ A obtenção dos recursos imobilizados pelos centros de cálculo para converter outros lugares em seus colaboradores, custos de fidelização e de

espaços restritos, ao longo das conexões da rede os custos são para manter uma sistemática de coleta em estágios de algo transportável, portanto que tenha mobilidade, que não se deteriore (como uma pera) e que possa ser acumulado, ou seja, ordenáveis, passíveis de combinações e sumarizações (traduções) (LATOURE, 2000, p. 263).

Trata-se essencialmente, portanto, de descrições normalizadas que informem sobre algo de maneira padronizada – documento. Nos termos de Latour, é colocar o que se quer transportar numa forma e tal processo exige traduções. Cada agente mediador, ao longo da rede, transforma o que vai transportar, por exemplo, um coelho será traduzido em um conjunto de suas descrições, segundo um formato pré-estabelecido. “Fornecer uma peça de informação é a ação de dar forma a algo” (LATOURE, 2008, p. 316, tradução livre nossa). As ações de tradução e transporte sofrem interferências de atores heterogêneos (o sujeito que coleta, o meio de registro estabelecido por um biólogo há cinco anos, os padrões

normalização de procedimentos são explorados por Latour, mas podem apresentar alguns questionamentos. Entretanto, em nada minimizam o interessante mapeamento de trajetos e papéis da informação e do documento no controle da realidade social.

estabelecidos para coleta feitos por outro biólogo há cinco meses, a balança utilizada para pesar o coelho, o coelho etc.). O móvel (coelho-documento) vai se deslocando espacial e temporalmente - para outros lugares e momentos - onde se acumula a outros móveis⁶ (os dados dos coelhos de uma região são enviados a outro lugar onde são reunidos e sumarizados segundo instrumentos, regras e disponibilidades – nova tradução realizada por um novo mediador) e assim por diante. Assim, quando observamos uma ação, seja a coleta de dados de um coelho, seja a reunião de dados sobre coelhos de uma região, seja a comparação de dados de coelhos de diferentes regiões, tais ações sofrem interferências de atores heterogêneos, que não têm a mesma presença local, não provêm do mesmo tempo, não são visíveis ao mesmo tempo e interferem na ação com diferentes intensidades. (LATOURE, 2008, p. 288).

A capacidade destes lugares para estruturar a realidade não se explica apenas pelo transporte e re-transporte, traduções e mais traduções sistemáticas

⁶ Latour chama cada lugar de paragem e retradução de oligóptico, sobre os quais diz que “[...] veem demasiado pouco para alimentar [alguma] megalomania [...] mas o que veem, veem bem [...] é possível obter visões sólidas, mas extremamente restritas do todo [...]”. (LATOURE, 2008, p. 260, tradução nossa).

de um lugar a outro, até chegarem ao centro de cálculos. Latour aponta à segunda operação que permite a estes centros a coordenação de agentes pela disseminação de normas para os processos tradutores e pela disseminação de seus resultados sumarizados em modelos que Latour chama de quase-padrões (LATOURE, 2008, p. 322-324).

O que é um coelho, um tipo de coelho, um *yuppy*, o que é um paranóico, o que é classe média alta? São quase-padrões produzidos por centros de cálculo que logram êxito quando são capazes de difundi-los na rede de coleta e por meio da escola, das revistas, das novelas, no consultório médico, no escritório do advogado. Assim, quem se guia por tais padrões está inserido na rede mantida pelo centro de cálculo que os gerou. A difusão e circulação destes quase-padrões permitem a cada agência converter-se lentamente em comparáveis, comensuráveis. As ciências sociais não deixaram de criar e fazer circular quase-padrões de enquadramento quando se trata de falar sobre as relações entre pessoas, grupos e instituições (LATOURE, 2008, p. 324). A capacidade dos centros de cálculo para criar conexões com outros lugares e estruturar a realidade social se completa

por duas facetas: registro documental e difusão da informação.

O poder simbólico – Bourdieu

Em Bourdieu, quando trata do papel do “poder simbólico” na estabilidade e reprodução das estruturas sociais (sem ignorar a violência física), apresentam-se associados (i) os meios de instauração de valores e lógicas explicativas inculcadas nas estruturas cognitivas por práticas discursivas e não discursivas e (ii) e disposições nas relações sociais objetivas que lhes correspondem. Os sistemas simbólicos exercem, portanto, um poder estruturante, de construção de realidade, porque são estruturados: apresentam uma ordenação justificável, arbitrária e ignorada enquanto tal. (BOURDIEU, 1988, p. 9-10; 1980, p. 159). Aos processos de objetivação e inculcação de categorias de percepção correspondem formas específicas de capital e de meios para suas acumulações em campos das práticas sociais que vão se tornando autônomos e que Bourdieu considera microcosmos da luta simbólica entre classes. Assim, os campos da moda, da burocracia, da ciência, da produção de bens, da literatura etc. constituem-se por agentes cujas ações tanto reforçam o que

está em jogo como um valor (o capital do campo), como investem, segundo as regras estabelecidas, a fim de acumularem sua específica forma de capital.

O Estado seria detentor de um metacapital capaz de exercer poder sobre os demais capitais ao interferir em suas “taxas de câmbio” (BOURDIEU, 2011, p. 92-95), sendo assim detentor do monopólio da violência simbólica (também da física) por sua capacidade de universalizar valores conformando estruturas cognitivas (estando aí em relevo a escola) e de intervir nas relações de força exercidas pelos diversos capitais. Como explicar tal concentração de capital? Bourdieu coloca seu exame sobre gênese dessa concentração que, a partir do século 12, na França, articula progressivamente a unificação de forças de defesa (física) de um território enquanto espaço econômico (mercado) e político, com um fisco capaz de controle da recolha de impostos para garantir despesas de guerra e da centralização progressiva do aparelho jurídico (BOURDIEU, 2011, p. 101). Para nossa questão, suas considerações são reveladoras e a elas acrescentamos detalhes fornecidos por outros autores, segundo nosso interesse focal.

Desde os pagamentos feitos na boa e devida forma ao Tesouro real, até o último subcoletor, encarregado do tributo local, interpunha-se uma cascata de coletores e de subcoletores [...] (BOURDIEU, 2011, p. 103).

Não se trata de uma simples coleta, mas da instauração de um detalhado sistema de informações, conforme descreve Hérbert (2004) sobre as Ordens de Brignoles, estabelecidas por Charles D'Anjour no século 13. Estas ordens, que se dirigiam a vários subordinados arranjados em três níveis: central, local (comuna) e a oficiais comissionados, estabeleciam tipos documentais, as informações precisas que deveriam conter, sua ordem de apresentação (obedecendo a critérios normalizados), os modos de sintetização das informações e procedimentos de validação dos documentos, além da periodicidade de remessas destas sínteses, de instância em instância, incluindo a Câmara de Contas da coroa, até chegar ao rei⁷. O levantamento de sargentos em 1194 e a

[...] enumeração dos carros e dos homens armados que 83 aldeias e abadias reais deviam fornecer quando o rei reunisse seu exército [...] [são outros indicativos que o] Estado concentra

⁷ Conforme Hérbert (2004, p. 48), tratava-se de um sistema global de informações não restrito aos aspectos fiscais, mas que tinha formato ancorado nas práticas tradicionais da Câmara de contas.

a informação, que analisa e redistribui. (BOURDIEU, 2011, p. 104- 105).

A concentração de capital econômico corresponde à concentração do capital informação, aumentando o poder do Estado, não sem o auxílio e benefício dos amanuenses (BOURDIEU, 2011, p. 105), de modo que este esforço documental contava com colaboradores pessoalmente interessados, como o exemplar caso de notários que, no século 13, instituíram embrionários mercados de crédito em comunas rurais, acrescentando às informações para a Coroa aquelas que permitiam vislumbrar as condições de solvência de membros da comuna (MENANT, 2004).

No âmbito da justiça, as diversas instâncias existentes – cristãs, senhoriais, das corporações, do comércio etc. – cederão à centralização em torno da justiça real, garantindo uma concentração do capital judicial e com ele a regulação dos atos capazes de produzirem efeitos de direito. É uma convergência alicerçada na teoria da apelação no direito criminal que também permitira uma acumulação documental centralizada (BOURDIEU, 2011, p. 109-114).

A inculcação de princípios categoriais e de hierarquização e o orde-

namento das relações sociais que lhes corresponde ganham eficiência prática diante da sentença do juiz e do ato jurídico que institui identidades (pai, proprietário, criminoso) e grupos legítimos (casamento, associação); da resposta ao pedido de empréstimo baseado nas condições “objetivas” de adimplência e, mais tarde, com a unificação da língua e através da escola. Nos mecanismos de inculcação inclui-se a disseminação de informações por livros, revistas, televisão, bibliotecas etc.

A economia escriturística – Michel de Certeau

Certeau fala diretamente de prática escriturística moderna em “A Escrita da História” e “A Invenção do Cotidiano 1. Artes de Fazer”, que incluem as práticas historiográficas, sendo também uma reflexão epistemológica sobre este campo. A modernidade é também um tempo que constrói aos poucos uma relação diferente com a escritura, que vai deixando de ser fonte de um saber que fala (a fala dos sábios ou de Deus) para assumir o caráter de modo de produção ou fabricação do real, respondendo à ambição moderna de autoria do homem

européu de sua própria história (CERTEAU, 2011, p. 204-208).

O modelo desta fabricação pela escritura é o da lei e sua imposição cunhada nos corpos, mediatizada por instrumentos como o chicote, o punhal, a força, a agulha, o cárcere. Os instrumentos gravam a força da lei no corpo “[...] para fazerem dele uma demonstração da regra, produzir uma ‘cópia’ que torna a norma legível⁸.” (CERTEAU, 2011, p. 211). Este princípio de inscrição (impressão) nos corpos transforma cada corpo individual em corpo social e cada indivíduo em uma unidade básica (cópia) da sociedade. Inscrição e escritura assemelham-se na produção do real, onde os discursos normativos devem produzir praticantes, dando a ver nas práticas aquilo que acerca delas afirma. Assim, as práticas escriturísticas da historiografia francesa dos séculos de 16 a 18, ao serviço da coroa, produzem narrativas “[...] que devem fazer concordar a veracidade da letra e a eficácia do poder.” (CERTEAU, 2007, p. 18).

⁸ De Certeau cita a literatura onde instrumentos e mecanismos que inscrevem, transformam e reconfiguram o corpo, do qual destaco “Na Colônia Penal” de Franz Kafka, onde uma aparelhagem de tortura, composta por agulhas, inscreve no corpo do culpado a lei (mandamento) que violou.

Aos enunciados estranhos, oriundos das vozes do incivilizado da colônia, do louco, do possuído e de outras vozes populares sem escrita, corresponderão mobilizações sociais e científicas a fim de decodificar as estranhezas e reinscrevê-las em um código relacional e inteligível pela psiquiatria, pedagogia, educação popular (CERTEAU, 2007, p. 15, 2011, p. 209). E como a prática escriturística não é uma mera anotação, mas um modo de fabricação, ela repara, educa, conserta, cura, ordena, é um “[...] espaço de formalização, tem como ‘sentido’ remeter à realidade de que se distingue em *vista de mudá-la*. Tem como alvo uma eficácia social” (CERTEAU, 2011, p. 205). O laboratório científico, a indústria e a cidade moderna reproduzem a convicção na eficácia dessas práticas de conformação.

A moldagem do sujeito pelo escrito que o torna cópia, impressão do texto que se lhe impõe, atrela as ações de mapeamento, tradução e re-inscrição das diferenças em modelos com ações e instrumentos de mediação. Primeiro a lei, mediada pelos instrumentos de marcação nos corpos. Depois, a partir dos modelos da ciência, da economia e da política, mediatizados pela escola,

pelo texto escolar. Ou, ainda mais tarde, a partir de modelos administrativos, urbanos, industriais e culturais, (CERTEAU, 2011, p. 239) mediatizados por bibliotecas, museus, mídias de massa, texto técnico, propaganda. “[...] uma hierarquização social atua para conformar o leitor à ‘informação’ distribuída por uma elite (ou semielite) [...]” (CERTEAU, 2011, p. 244).

A partir destes quatro autores, com diferentes quadros conceituais sobre a modernidade, buscamos delinear, com realces intencionais, indicativos da articulação entre documento e informação, enquanto instrumentos acionados na produção da realidade social, que aparecem tanto na noção mais evidente de controle arquivístico-documental quanto na menos evidente de difusão e acesso à informação. Com isso não se quer dizer que todo registro e arquivamento documental e que toda difusão e acesso à informação sirvam ao controle do social; nem que, quando servem, que decorram de um plano intencional (teoria da conspiração); nem muito menos que é possível uma realidade social que não seja construída, mesmo aquelas que não contam com instrumentos info-documentais. O que se quis foi ampliar o diálogo ente

Arquivologia e Ciência da Informação a partir de interrogações ético-políticas que incidem sobre seus objetos de conhecimento e práticas profissionais.

Mas o controle tem por implícito a suspeita de sua ameaça, do descontrolado. O controle responderia ao ameaçador, não só nos episódios de encontro das diferenças: unificação dos Estados nacionais modernos; conquistas das colônias europeias, rápida urbanização da população no século 19, mas chegaria a nossos dias na afirmação de Deleuze que vivemos numa “sociedade de controle”. Então passemos às ameaças.

Não-documento e não-informação: produções alternativas

Que vivemos sob um controle que produz a realidade social é uma “pulga atrás da orelha” que parece mover alguns estudos das ciências sociais. Talvez não possamos ser livres ou, ainda pior, podemos ser produtos. Mas de algum modo sabemos disso e se sabemos disso é porque de algum modo disso, aqui e ali, escapamos.

Vamos buscar as indicações das falhas, desvios de rota, produções de realidades alternativas, que o controle queria controlar, mas muitas vezes

ignora, por estarem fora de sua visão, ou porque simplesmente os vê como irrelevantes; que o controle quer controlar, quando os vê, lançando mão de instrumentos, inclusive info-documentais; que o controle quer controlar, mas muitas vezes ensejam, pelos usos inesperados dos instrumentos mediadores, inclusive os info-documentais.

Dizemos que sujeitos buscam informação porque dela têm necessidade e é em função de necessidades presupostas que se colocam em marcha procedimentos de recolha, guarda, ordenamento de disponibilização info-documental, assim como esforços para desenvolver instrumentos adequados a tais tarefas. De um modo geral, tal necessidade de informação de um sujeito numa esfera de produção (pesquisa, cinema, governo, ensino etc.) tem como norma a ancoragem em critérios, atos, conhecimentos, instrumentos etc. produzidos no passado, validados, registrados e por isso mesmo mantidos para um uso futuro. A necessidade de informação não remete aí a uma lacuna espontânea, sendo antes decorrente de sua inserção em uma prática aprendida e exercida, em uma atividade regulada por normas, que o praticante deve

reproduzir. Um estudante deve aprender com os textos autorizados de seu campo (e não na *Wikipédia*), o pesquisador basear-se no nas teorias publicadas pelos pares (e não em uma revista de banca de jornal), um trabalhador proceder de acordo com os manuais técnicos (e não em dicas de um companheiro de ônibus), um operador da bolsa de valores consultar os balanços e demonstrativos das empresas com ações cotadas (e não uma cartomante).

Apenas uma parcela destas práticas e de praticantes é habilitada (reconhecida) para produzir o que, preservado, organizado e disponibilizado por uma Unidade Info-Documental, se tornará documento e informação disponibilizados. Não se trata necessariamente de proibição formal (que existe em casos como emitir uma certidão de nascimento), já que nada impede alguém de escrever e imprimir um romance, uma banda de tocar e mesmo gravar sua música, um estudante de conceber e redigir uma nova teoria, mas de critérios de validação que autorizam, ou não autorizam, que sujeitos sejam reconhecidos como tendo direito e competência para registra e informar (FOUCAULT, 2005, p. 75), e

objetos sejam reconhecidos como documento ou informação.

Também estamos diariamente expostos a ações de disseminação de informações e documentos que nos vêm sem que tenhamos realizado alguma busca para preencher uma necessidade, especialmente através das mídias de massa, mas também nas esferas produtivas, por onde circulam o que Latour chamou de quase-padrões.

Mas nos encontramos no mundo de nossas relações e experiências pessoais e memoriais, atravessadas por lógicas e costumes herdados, poucos deles registrados e em grande parte sem interesse de registro por alguma esfera produtiva. Não se trata de algum tipo de vivência paralela, mas de inserção em relações e práticas onde também se operam apropriação e uso alternativos aos esperados de informações, documentos, objetos e relações. Esta dimensão que, para Latour, escapa aos mapeamentos, tanto de centros de cálculo quanto dos estudos da sociologia, constitui um vasto campo de desconhecimento que denomina pelo termo plasma. O plasma preenche o vazio que há nas redes e ali se encontra tudo o que não está formatado, medido,

incorporado às cadeias dos centros de cálculos, aquilo que está lá, mas não se vê no mapa, aquilo que imprevisivelmente produz e pode realizar o que é inovador. Os registros e controles não são capazes de totalização, pois se lhes escapam as diversas opiniões, visões, composições que não podem ser geridas (LATOURET, 2008, 2009).

Certeau (2011, p. 41) destaca as micro ações populares e cotidianas que jogam com os dispositivos conformadores e disciplinadores com astúcias e táticas constituindo o que chama de uma rede de antidisciplina. Admira o uso popular da religião oficial imposta aos crentes rurais no interior do Nordeste brasileiro, já que aí percebe como mobilizam reservas que os permitem agir na ordem estabelecida e, ao mesmo tempo, subvertê-la, numa recusa velada. Aceitar a religião católica e, ao mesmo tempo falar sobre os milagres de São Damião que, humilhado, obtém a vingança dos céus sobre seus adversários. Suas falas sobre o santo são consideradas

[...] excrescências do miraculoso que as autoridades civis e religiosas sempre olharam com suspeita, e com razão, de contestar às hierarquias do poder e do saber e sua 'razão' (CERTEAU, 2011, p. 74).

Ou ainda no trabalho com a sucata que Certeau (2011, p. 82) vê como um modo de resistência que subtrai algo da fábrica, não necessariamente os objetos, já que são rejeitos, mas seu tempo no invento criativo e que não visa lucro, portanto, que nega as lógicas industrial e do lucro.

Tais apropriações, práticas, táticas e visões não são algo particular deste ou daquele grupo de subjugado por modelos urbano-modernos, já que ninguém realmente está fora de ser herdeiro de tradições que antecedem ao urbano moderno e de estar aí envolvido em relações com herdeiros de tradições. Daí diz Certeau (2011) que

[u]ma *outra* coisa ainda fala [...] sob os sinais de um inconsciente, esta língua que continuaria 'falando' nos burgueses e nos 'intelectuais', mas sem que estes o saibam. (CERTEAU, 2011, p. 229).

Pontos e vistas e sentidos muitas vezes tidos como ignorância, ingenuidade, credences pouco importantes, superáveis pela educação (economia escriturística para Certeau), entretanto:

i) Afetam as generalizações dos quase-padrões, das codificações, ou outros termos que se assemelham no que querem indicar e que daqui para frente chamaremos de modelos, e, como resistências a estes, entram sua re-

produção automática. Se o século 19 considera desejável o ensino generalizado, para que todos se tornem leitores (impressos, segundo Certeau), não há como evitar que estes leitores lancem mãos de recursos herdados e partilhados em seus grupos para fazerem uma leitura autoral, nem sempre condizente com o esperado e quase sempre corrigida como erro de interpretação. Mesmo na leitura de imagens apresentadas como ‘provas’ (veja por si mesmo!) às vezes se superpõem dúvidas, outras crenças. Afirmar que o homem não pisou na lua, mesmo diante da evidência da imagem, não é uma descrença nos próprios olhos. É mais uma não crença, uma falta de sentido superposta a sentidos dominantes como: a imagem reproduz o real; a ciência tem capacidades sem limites; os Estados Unidos são uma potência tecnológica. E se tais não crenças podem ser vistas como imperfeições tratáveis (educação popular, divulgação científica) também implicam na complacência dos modelos autorizados.

ii) Por complacência entende-se aqui a deformação, mesmo infinitesimal ou subliminar, dos modelos autorizados. Martín-Barbeiro (2008, p. 235-245) examina as relações entre a indústria

cultural e a cultura popular para indicar como os modelos transmitidos pelas mídias cinematográficas, de tele e rádio novelas tiveram de ceder para incorporar os tipos e valores populares e mesmo sua irreverência com relação às elites, já que constituem a grande parcela de consumidores. Se é possível ver aí uma apropriação da indústria cultural de tipos, ritmos, crenças, valores populares, que são pasteurizados, empacotados e colocados à venda, a produção de sentidos alternativos não cessa e exige que seus valores deformem um pouco mais os modelos validados.

iii) A deformação do modelo por produções alternativas de sentido, mesmo infinitesimais, participa na produção social da realidade, seja pela disponibilização ao consumo do originado nas classes populares (como o *rap* e o *funk*), seja nas práticas alternativas que lançam mão, como o estudante que baseia parte de seu trabalho na *wikipedia*, o pesquisador que se coloca dúvidas teóricas a partir de algo que leu na revista da banca de jornal, o trabalhador ignora o manual e ouve seu colega de ônibus, o investidor da bolsa consulta a cartomante. É o empresário que lança mão, junto ao estudo de viabilidade econômica, de um

nome para seu negócio aprovado por um numerólogo, ou que se certifica que o local onde abrirá seu empreendimento não tem “caveira de burro” enterrada. Ou ainda uma sucessão de prefeitos do Rio de Janeiro que, para garantirem o tempo bom no dia dos festejos de fogos pela entrada do Ano Novo, pedem ajuda ao “cacique cobra coral”. Ou o meteorologista de família católica que não acredita no cacique, mas que no último dia do ano vai lançar flores à Iemanjá.

A automedicação, tão combatida pela medicina, mas persistente em praticamente todas as classes sociais, tem algumas raízes na passagem através das gerações de sabedorias populares das curas, que desbancadas pelos modelos do saber autorizado da medicina, se reproduzem agora não mais com as ervas e garrafadas, mas com os próprios medicamentos.

Muitas destas produções alternativas, por tempos vistas apenas a crenças e formas populares sem importância, tornaram-se pauta de pesquisas, assim como os exames de fenômenos e objetos como: ervas, as rezas, o grafite, a literatura de cordel – levados à decodificação de sua estranheza por sujeitos autorizados, em

vista de controle, ou em vista de validar o que é alternativo, mas também por causa de sua incessante insistência e inovadores reaparecimentos.

A maior parte dos saberes herdados e destas produções alternativas não é fixada, não está escrita, ou trata-se de uma escrita frágil e efêmera (o grafite, o cordel). Além disso, são móveis, transformados, de modo que não cabem num registro documental conforme o entendemos, pois já apresentam sempre mutações. Diria Certeau (2011, p. 134) que são saberes não dizíveis, um saber não sabido, não totalmente explicitável (como gostariam certas concepções de gestão do conhecimento organizacional no campo da Administração). Tais produções alternativas de sentido de sujeitos articulados com outros, em redes sociais outras, que não as dos “centros de cálculo”, incluem antepassados, contemporâneos e se lançam aos sucessores. Daí, se constituem por sujeitos diferentes, inseridos em diferentes tempos, esferas de produção, com diferentes níveis de renda, instrução formal, como a empregada que sugere e serve à sua patroa um chá de espinheira santa para suas dores de estômago; de uma nutricionista que sugere e ensina o uso de

cascas e talos dos alimentos na comida para um taxista que pegou no aeroporto; um marceneiro que sugere e ensina ao vizinho a cortar a ponta dos pregos antes de cravá-los na ripa, de modo que ela não rache. Entretanto, se constituem por sujeitos iguais, porque estas conexões não estão estruturadas a partir de hierarquias e autoridade (ou a partir de busca de informações e documentos reconhecidos enquanto tal). O sujeito sugere o que se pode aceitar ou ficar em dúvida, pode-se retrucar ou fazer perguntas sobre aquilo que se lhe oferece oportunamente, de graça, apenas pelo interesse pelo outro, como sugestão e não imposição.

Também são redes de conhecidos que se empenham em colaborações pontuais: os moradores de uma rua que se reúnem para fazer uma festa junina, ou para “fazer uma vaquinha” de modo a promover a peça que as crianças do bairro produziram e querem encenar; ou os habitantes de uma cidade que colaboram com seus saberes e fazeres para manterem uma festa anual de sua tradição local.

Tais redes sejam frágeis, eventuais, ou mais estáveis e fortes não são paralelas aos modelos autorizados. Deles se apropriam e os influenciam,

participando na produção da realidade social. Não se quer aqui comparar suas intensidades de difusão e conformação, mas a incontornável abertura de rotas de fuga que os modelos sempre tentam reinscrever no mapa.

Há o documento e a informação, entendidos aqui como produtos validados, cujos autores são reconhecidos com autoridades (autorizados) e há o resto, o não documento, a não informação, dos muitos, do qualquer um. Entretanto, não há como separá-los, como se existissem em mundos paralelos, ao menos assim tentei conduzir os argumentos. Nem há como separar seus construtores ou produtores. Não se tratam de pessoas diferentes, mas de diferentes modos de ação, em práticas com diferentes regulações que deixam passar daqui para ali e de lá para acolá, como uma espécie de osmose. Daí não há como separar, com tanta clareza, dominantes e dominados, conformadores e conformados, elite e populares, já que todos, nas relações cotidianas, especialmente quando fora das práticas institucionalizadas em suas esferas de produção, se valem de informação e não-informação, de documento e não-documento, perpassando fios de uns nas tramas dos outros.

Documento e informação na web: ainda existem?

O último capítulo do livro de Gracioso e Saldanha (2010) chama-se “Um olhar sobre a Ciência da Informação sem informação”, onde se encontra a proposta de uma recusa da informação; proposta desconcertante, sem dúvida. Latour e Certeau se queixam dos vazios de pesquisa nas ciências sociais quando só examinam as instituições tradicionalmente estabelecidas no campo. Gracioso e Saldanha, alicerçados no pragmatismo, se queixam dos vazios das pesquisas na Ciência da Informação sobre aquilo que escapa ao representacional.

Talvez a *web*, não por criar, mas por colocar à vista e potencializar a não-informação e o não-documento, forneça alguma claridade que ilumine o que tem sido pouco investigado no âmbito infodocumental. Mais do que isso, o registro mutante, frágil, desordenado de laços e redes, eventuais ou mais estáveis, na web dão a ver as astúcias, táticas, recurso a saberes e produções de sentidos alternativos para lidar com os modelos, informações e documentos que nela, e fora dela, circulam. Aí vemos ações colaborativas e dádivas que jogam, na produção da realidade social, com

modelos e autoridades validadas, por meio de resistências e interferências,

[...] essas tecnologias tornam visível um *resto* não simulável, não digerível [...] que resiste à homogeneização generalizada [...] as culturas populares. (MARTÍN-BARBEIRO, 2008, p. 257).

A *web* primeiro nos pasma ao propor uma biblioteca planetária, ao dispor de todos para consulta imediata e da poltrona de casa. Uma televisão com inumeráveis canais, onde se pode “ver” e “ler” o mundo. Depois, pelos meios velozes e abrangentes para falarmos com o mundo, com o nosso mundo, por *e-mail*, listas de discussão, mas até um pouco mais além dele, nas salas de bate papo. Nós nos damos conta que ali podemos expor aquelas poesias que as editoras não quiseram publicar, as denúncias que o jornal não quis ouvir, as fotos que não serão expostas numa galeria de artes, enfim, aqueles não documentos, que sempre foram produzidos, e aí encontram um lugar de publicização amplo, ficam ao dispor, “como se fossem documentos”, de qualquer um, “como se fosse um autor”. A *web* não cria poetas, denunciadores ou fotógrafos não reconhecidos, ela aumenta sua visibilidade.

Os *blogs*, além do relato e

exposição intencional e gratuita de aspectos da vida de alguém, de seus saberes e dicas, é uma demanda por trocas. O blogueiro aponta, seleciona, explica, responde, mas também se expõe a críticas de outros pontos de vista. Nas redes sociais, espaços de trocas de informações e não-informações, de documentos e não-documentos, os colaboradores constituem-se “como se fossem co-autores” que produzem não-documentos.

A enciclopédia colaborativa *Wikipédia* repete o desejo de encerramento das sínteses do mundo num único lugar, mas, por sua proposta de elaboração e critérios alternativos de validação, tende a ser um mutante, já que o mapa do mundo não é o somatório dos detalhes percebidos por cada colaborador, mas uma diversidade de mapas, de mundos com conexões, mas não uma síntese por justaposição, donde os consensos que estabilizam os verbetes só podem ser provisórios⁹. A *Wikipédia* é “como se fosse um documento”,

⁹ Sua proposta considera que “[...] o universo dos internautas pode fornecer informações mais exactas do que peritos individuais. A ideia é que o todo seja capaz de se auto-corriger [...]” (WIKIPÉDIA, verbete *crowdsourcing*). Entretanto, há uma burocracia de controle de conteúdos, portanto critérios de autoridade, embora não os tradicionais, descrita no verbete *Wikipédia*.

escrito por muitos “como se fossem autores”.

Na medida em que estes novos objetos na *web* são consultados e utilizados, formal ou informalmente, não se pode ignorar que acabam interferindo na produção de documentos e informações. Fiz um exame de sangue onde aparecia a medição de algo, que eu não sabia o que indicava, fora dos limites considerados normais. Imediatamente fui para Internet e encontrei um *blog* de alguém que, não sendo médico, porque um médico não dá consultas generalistas através de um *blog*, graciosamente me explicou. Acho que não preciso me estender em exemplos porque o leitor possivelmente já fez algo assim. Também acho que já consultou, num momento de dúvidas, a *Wikipédia*. Aliás, já fazíamos algo assim perguntando a nossos familiares, colegas de trabalho, vizinhos, mas eram práticas sem qualquer registro, sem rastros. A *web* não só dá visibilidade, amplitude e algum registro destas práticas, ela dá a ver sua dimensão, quando antes poderíamos pensar que só existiam no nosso pequeno mundo de relações.

Daí, a identificação do que é documento e o que é informação aparece abalada. Será que estes que denominei

não-documento e não-informação não seriam também informação e documento? Quem é autoridade ou autorizado a enunciar sobre assuntos determinados (autores)? Qualquer um, o consenso de muitos? Se podemos falar de práticas institucionalizadas na produção e validação de documentos e informações, passamos a ver a tentativa de “institucionalização” de práticas outras, outros modos de validação. Que efeitos práticas colaborativas têm sobre a construção da realidade social, sobre modelos e sobre autoridades institucionalizadas e estabelecidas nas esferas de produção, sobre documentos e informação?

Para gravar um disco e ter suas canções divulgadas nas mídias de massa passa-se pela avaliação de peritos, de gravadoras (e seus meios de distribuição). O fenômeno Justin Bieber (contratado por uma gravadora) aconteceu primeiro na *web*. Embora sua ampla validação popular reduza o trabalho de garimpagem das gravadoras daquilo que vai vender, também deforma a lógica do circuito de validação e poderá mesmo produzir inesperados. A prática da “vaquinha” (*crowdfund*) na *web* promove, por colaboração coletiva mais ampla que a dos amigos do bairro

ou da rua, aquilo que a indústria cultural não vê como oportuno ou rentável promover (curtas-metragens, livros, *shows* etc.). Estas práticas transladadas (para), amplificadas e visibilizadas na *web* não mudam os modelos autorizados, as autoridades e nem as lógicas de produção, elas os destorcem, deformam, como sempre fizeram.

Considerações finais

Até que ponto podemos entender o que são informação e documento, seus modos de produção e efeitos sociais, deixando de lado o resto? Até que ponto o que chamei de “institucionalização” de outras práticas, que ficam mais evidentes na *web*, não indicam uma interferência ou alteração nas práticas documentárias e ações de informação já institucionalizadas? Até que ponto isto não implicaria numa dispersão de autoridade da gravadora, do crítico, da editora etc.? O que é a pré-publicação de um artigo? O que é colocar num repositório institucional um artigo ainda não avaliado?

Tantas perguntas que enlaçam Arquivologia e Ciência da Informação e demandam ampliações das pesquisas sobre o documento e a informação, suas funções, efeitos e relações que serão

difíceis de ser encaminhadas sem que se dirijam também investidas de pesquisa sobre este resto, mutante e talvez incontornável.

Referências

BOURDIEU, Pierre. Espírito de estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: _____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. 11^a ed. Campinas: Papirus, 2011, cap. 4, p. 91-135.

BOURDIEU, Pierre. La logique de la pratique. In: _____. **Le sens pratique.** Paris: Éditions de Minuit, 1980, p. 135-165.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 2^a ed. Tradução de F. Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

BRADFORD, Samuel C. The documentary chaos. In: _____ **Documentation,** London: Lockwood, 1948, p. 144-159.

BUCKLAND, Michael. Emanuel Goldenberg, electronic document retrieval, and Vannevar Bush's Memex. **JASIS**, v. 43, n. 4, p. 284-294, May 1992.

CERTEAU, Michel De. **A escrita da história.** 2^a ed. Tradução de M. de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano.** 1. Artes de fazer. 17^a ed. Tradução de E.F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 7^a ed. Tradução de L.F. Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 8^a ed. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de S.T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987

GIBSON, Campbell. **Population of the 100 largest cities and other urban places in the United States:** 1790 to 1990. Washington, D.C.: U.S. Census Bureau/ Population Division, June 1998. (Population Division Working Paper no. 27). Disponível em: <<http://www.census.gov/population/www/documentation/twps0027/twps0027.html>>. Acesso em: 22 de outubro de 2011.

GRACIOSO, Luciana de Souza; SALDANHA, Gustavo Silva. **Ciência da Informação e filosofia da linguagem:** da pragmática informação à web pragmática. Rio de Janeiro Ed. Do Autor, 2010.

HÉRBERT, Michel. L'ordonnance de Brignoles, les affaires pendentes et l'information administrative em Provence sous les premieres Angevins. In: BOURDREA, Claire et al (Org.). **Information et société em Occident à**

la fin du Moyen Age. Paris: Sorbonne, 2004, p. 41-56.

LAROUR, Bruno. Je crois en une philosophie empirique. **Philosophie Magazine**, n. 41, Juillet, 2010. Disponível em: <<http://www.philomag.com/article,entretien,bruno-latour-je-crois-en-une-philosophie-empirique,1240.php>>. Acesso em: 26 de agosto de 2012.

LATOURE, Bruno. **Ciência em ação:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000. (Biblioteca básica).

LATOURE, Bruno. **Reensamblar lo social:** uma introducción a la teoria del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LATOURE, Bruno. Paris, a cidade invisível: o plasma. Tradução de Marcos Vinícius de Abreu Baccaga. **Ponto Urbe**, São Paulo, v.3, n.5, 2009. Disponível em: <<http://www.pontourbe.net/edicao5-traducao>>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. 5ª ed. Tradução de R. Palito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

MENANT, François. Pour une histoire de l'information sur le crédit rural au Moyen Âge. Esquisse de probématique et études des cas en Italie du Nord au XII^e-XIV^e siècles. In: BOURDREA, Claire et al (Org.). **Information et société em Occident à la fin du Moyen Age.** Paris: Sorbonne, 2004, p. 135-149.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público.** Tradução de L. A. Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Eliezer Pires da Silva. **A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil (1996-2006).** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)– IBICT/Depto de Ciência da Informação, UFF, Niterói, 2009.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983. p. 182-188.

Estas reflexões, embora de minha responsabilidade, estão ancoradas em construções feitas com outros pesquisadores, especialmente Eliezer Pires da Silva e Gustavo da Silva Saldanha. Embora não citadas, pela opção de utilizar autores fora dos campos da Arquivologia e CI, quem conhece os trabalhos das pesquisadoras Regina Marteleto e Maria Nélida González de Gómez, perceberá que aprendi com elas, dentro de meus limites obviamente.